

## O herói e o sistema no Oscar

O que 'Oppenheimer' tem a ver com 'Maverick', que concorreu ano passado

Marcos Augusto Gonçalves

Editor da Ilustríssima, formado em administração de empresas com mestrado em comunicação pela UFPA. Foi editor de opinião da Folha

Depois da consagração, em 2023, de 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo', o Oscar deste ano tem a oportunidade de retomar sua perspectiva mais tradicional e premiar um representante do cinema americano, como costumava fazer. Não que o longa de Daniel Scheinert e Jesse Plemons não tivesse virtudes, mas a escolha causou polêmicas, contrariedade e piadas.

Eu de qualquer forma não acho ruim, e escrevi sobre a premiação, considerando que

a escolha teria sido uma espécie de desvio de Hollywood rumo a Cannes — um festival europeu, mais ligado ao cinema de arte, que tenderia a ser mais simpático a um filme com um caráter experimental, caótico e anticonformista.

Dos concorrentes deste ano, 'Oppenheimer' talvez seja o que mais se pareça com o velho padrão 'filme de Oscar'. É um tanto longo — uma tendência aberrada que virou moda

justo agora que ninguém tem mais tanto tempo e tanta con-

centração — e pode confundir o espectador com seus flashbacks e passagens em preto e branco. É, contudo, uma volta à América à la grande, permeada por dramas morais e políticos. O filme tem uma estrutura subjetiva que se baseia numa dialética entre sistema e indivíduos. É uma chave recorrente em produções americanas — mas não só — que tematizam a defesa da pátria, do planeta ou de comunidades. Diante de uma grande ameaça, o comando da máquina no poder

tem um projeto de salvação que não irá se realizar sem a presença de uma pessoa especial, com habilidades fora do comum, temperamento difícil e tendência à insubordinação. Esse esquema está em cena também em 'Top Gun: Maverick', que salvou a banca de Hollywood, mas não levou o troféu no ano passado. No caso é preciso que caças mergulhem numa cratera e destruam os instalados de um país tipo "eixo do mal", um potencial perigo nuclear. O serviço poderia

ser feito por drones ou dispositivos não pilotos, mas os pilotos rebeldes, gostem ou não, se mostrarão insubstituíveis.

Em 'Oppenheimer', a operação é mais complexa, há mais camadas e questões (tiver ou não, mas não final das contas trata-se mais uma vez do sistema sendo obrigado a lidar com as idiosincrasias e complicações de uma personalidade que gera desconfortos e atritos, mas é indispensável para a empreitada dar certo. Oppenheimer, o personagem, digamos, é também um maverick — expressão usada pelos americanos para designar uma pessoa independente que gosta de fazer as coisas do seu jeito.

Nos dois casos, o triunfo da América é festejado patrioticamente no final. É a grande vitória coletiva, do país, do mundo livre, da humanidade, enfim, não se realizaria sem o

concurso da singularidade do herói individual, espetacular e problemático.

O filme de Christopher Nolan trafega numa fama mais ambiciosa e sofisticada, mas paralela à de Tom Cruise, e os dois são lançados neste mundo em que o indivíduo como nunca é ameaçado pela inteligência artificial, robôs e sistemas digitais, e confrontado com sua irrelevância. É um momento também no qual os EUA se veem diante de um novo ciclo de paranóias geopolíticas e desafios militares que vêm do Oriente. Não se se a Academia vai votar por 'Oppenheimer', mas isso não importa tanto. Ainda não há todos os concorrentes, mas na minha cerimônia particular (e não só nela, pelo que vejo) vai ser difícil algum lutar 'Anatomia de uma Queda', que já ficou com a Palma de Ouro em Cannes.

JOHN. Elío Gaspari, Celso Rocha de Barros | S&P. Deborah Bizarria, Camila Rocha | T&E. Joel Pinheiro da Fonseca | Q&A. Elío Gaspari | Q&A. Conrado H. Mendes | S&P. Marcos Augusto Gonçalves | S&A. Demétrio Magnoli

## PF não indiciou ninguém após apurar hostilidade a Moraes

Delegado vê injúria, crime de menor potencial ofensivo, contra filho de ministro

José Marques

BRASILIA. O Inquérito da Polícia Federal que investigou a conduta de brasileiros suspeitos de hostilizar o ministro Alexandre de Moraes em Roma chegou à conclusão de que o empresário Roberto Mantovani Filho cometeu o crime de injúria real contra o filho do integrante do STF (Supremo Tribunal Federal).

Apesar da conclusão, o delegado Hiroshi de Araújo Sakai disse que não indiciou o empresário porque há instrução normativa que veda o indiciamento por crime de menor potencial ofensivo, de pena máxima de um ano. As investigações foram encerradas.

A injúria real se caracteriza no Código Penal pelo "emprego de violência ou ameaça de violência ou ameaça de dignidade ou do decoro de alguém".

"São exemplos de injúria real, conforme ensinado pela doutrina, desferir uma tapa, empurrar, puxar a roupa ou parte do corpo (pauzes de creche ou de cabelo), arremessar



Imagem de relatório da PF de suposto tapa de Roberto Mantovani no filho de Alexandre de Moraes

objetos, cuspir em alguém ou em sua direção etc.", diz relatório assinado pelo delegado. O delegado também afirma que, para que haja a caracterização da injúria real — ou seja, para que a lei brasileira se aplique a episódios ocorridos no exterior — o crime deve estar "incluído entre aque-

les pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição", o que não é o caso da injúria real. A confusão aconteceu em julho de 2023, no Aeroporto de Roma. Segundo Hiroshi, as imagens mostram que Mantovani se dirigiu "de modo incisivo" a Alexandre Barci de Moraes, filho do ministro, e o "atin-

ge no rosto com a mão direita, causando o deslocamento dos óculos do atingido".

"Observa-se também que, logo após tal contato físico, Alexandre Barci de Moraes revêla, empurrando Roberto Mantovani Filho com o braço esquerdo. Em seguida, um homem se coloca entre ambos, apartando o conflito, e Alexandre Barci de Moraes é conduzido para dentro da sala VIP por sua irmã", acrescenta.

Moraes acionou a PF após a hostilidade contra ele e sua família. A polícia instaurou inquérito para apurar as circunstâncias do fato e a família. A polícia instaurou inquérito para apurar as circunstâncias do fato e a família.

O episódio mobilizou autoridades pelo país, que prestaram solidariedade ao ministro. Inclusive, as autoridades italianas tiraram conclusão diversa da dele. A PF, da divulgação, "concluiu ao final de seu relatório que o suposto crime de injúria real não está entre aqueles que, quando ocorridos no exterior, podem ser apurados em território brasileiro".

"Ou seja, essa investigação jamais poderia ter existido e essa família não poderia ter sido submetida a tantos excessos. Vejo que boa parte da verdade foi esclarecida, faltando apenas aquela que as imagens sonogadas estavam

Supremo e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) relatou ter sido chamado de "bandido, comunista e com-prado", segundo informações colhidas pelos investigadores. A família, que vive em Santa Bárbara d'Oeste (SP), sobre a qual houve apreensão, se denada pela então presidente do STF, Rosa Weber, quatro dias após a confusão na Itália.

Os defensores dos envolvidos disseram que não partiram do ato contra Moraes.

Nesta sexta-feira (16), começaram julgamentos em plenário virtual de recursos do advogado de Mantovani, Ralph Torti-ma, no inquérito. As sessões vão até o dia 23 de fevereiro.

Em nota após a divulgação do relatório da PF, Torti-ma afirmou que o delegado se pautou por "análise parcial das imagens, as quais a defesa para o Ministério Público Federal foram impedidos de ter acesso".

Inclusive, as autoridades italianas tiraram conclusão diversa da dele. A PF, da divulgação, "concluiu ao final de seu relatório que o suposto crime de injúria real não está entre aqueles que, quando ocorridos no exterior, podem ser apurados em território brasileiro".

"Ou seja, essa investigação jamais poderia ter existido e essa família não poderia ter sido submetida a tantos excessos. Vejo que boa parte da verdade foi esclarecida, faltando apenas aquela que as imagens sonogadas estavam

## PGR é favorável à quebra de sigilo bancário e fiscal de André Janones

BRASILIA. A PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestou nesta quarta (14) a favor da quebra de sigilo bancário e fiscal do deputado André Janones (Avante-MG) e de assessores e ex-assessores do parlamentar, investigado por suspeita de esquema de "rachadinha" em seu gabinete.

Em documento assinado pelo vice-procurador geral da República, Hindenburgo Chateaubriand, enviado em inquérito aberto no STF (Supremo Tribunal Federal), a PGR diz que a quebra deve acontecer "como medida de cautela extrema e em circunstâncias excepcionais, tais como nas hipóteses de fortes indícios de possível autoria de práticas ilícitas por parte dos investigados".

Acordo de leniência é uma espécie de delação premiada de empresas, que recebem benefícios em troca de informações que reúnem os apuram concretamente para a participação dos investigados no esquema de desvio de recursos públicos para propósitos ilícitos. A decisão, não há dúvida quanto à necessidade do afastamento dos respectivos sigilos bancário e fiscal, afirma

a manifestação.

A investigação teve início em novembro de 2023 por decisão do ministro Luiz Fux, do STF. A solicitação foi feita pela então vice-procuradora geral da República, Ana Borges Góes Santos, para que fossem apuradas supostas práticas dos crimes de associação criminosa, peculato e concussão.

O estopim ocorreu quando o site Metrópoles divulgou um áudio de Janones no qual ele solicita a assessores ajuda para pagar despesas relacionadas a uma campanha de 2016 para a Prefeitura de Itaituba (PA). Ele ficou em segundo lugar no pleito. Janones posteriormente se tornou deputado federal pelo Avante. O político ganhou destaque nas últimas eleições por fazer parte da linha de frente da campanha nas redes sociais do presidente Lula (PT).

No final de janeiro, a PF pediu a quebra de sigilo, que ainda não foi decidida por Fux, que aguarda manifestação da PGR. Procuradora assessora, o deputado não se manifestou. JM

## Gonet recorre da decisão de Toffoli que suspende leniência da Odebrecht

BRASILIA. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu nesta quarta (14) que o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli reconsiderasse a decisão que suspendeu os pagamentos do acordo de leniência da Novonor (ex-Odebrecht) ou envie a decisão à análise do plenário.

Para Gonet, as mensagens hackeadas de procuradores e obtidas pela Operação Spoofing da Polícia Federal mostram "comportamentos censuráveis de agentes públicos", mas "não revelam prática de nenhum ato que compo-nha o conceito de coação moral dos argumentos para Toffoli suspender o pagamento. Gonet lembra que se deve ter em conta que a empresa e seus executivos sempre puderam dispor da melhor assessoria jurídica, administrativa, contábil e de relações públicas".

"Não há nos autos elementos bastante para retrair a credibilidade mínima, um plano de celebração de acordo de leniência sob coação, a influência da vontade livre



O procurador-geral da República, Paulo Gonet, durante sua cerimônia de posse

da parte", argumenta Gonet. "A vontade livre não é aquela isenta de pressões, mas a que se pode formar com a consciência livre e consciente. Não há na petição [ou pedido feito a Dias Toffoli pela empreiteira] justificativa que se tenha com o denunciado o cancelamento das vontades, a ponto de justificar a suspensão dos obriga-tórios assumidos pela Novonor".

Não decisão que suspendeu os pagamentos, de 9 de fevereiro, Toffoli determinou que a Novonor tenha acesso integral ao material da Spoofing. Disse ter "dúvida razoável" sobre a voluntariedade da empresa ao firmar o acordo de leniência com o MPF (Ministério Público Federal) que lhe impôs obrigações patrimoniais, o que justifica, por ora, a

paralisação dos pagamentos. O acordo de leniência da Odebrecht foi firmado inicialmente com o MPF em dezembro de 2016, em R\$ 3,8 bilhões corrigidos. O valor iria a R\$ 8,5 bi até o fim do pagamento, em mais de 20 anos.

Dois anos depois, houve renegociação e foram inseridas a CGU (Controladoria-Geral da União) e a AGU (Advocacia-Geral da União) no acordo.

No dia 8, Toffoli esclareceu em manifestação que a Novonor segue obrigada a pagar a multa prevista no acordo firmado com esses dois órgãos do governo federal. Só foi suspensa a multa do acordo de leniência firmado com o MPF no âmbito da Operação Lava Jato.

Entre dezembro e fevereiro, Toffoli suspendeu dois acordos de leniência. Em 22 de dezembro, paralisou o cumprimento dos pagamentos impostos à holding J&F (donada pela JBS), dos irmãos Wesley e Jo-

ley Batista, de R\$ 10,3 bilhões. Acordo de leniência é uma espécie de delação premiada de empresas, que recebem benefícios em troca de informações que reúnem os apuram concretamente para a participação dos investigados no esquema de desvio de recursos públicos para propósitos ilícitos. A decisão, não há dúvida quanto à necessidade do afastamento dos respectivos sigilos bancário e fiscal, afirma

a manifestação. A investigação teve início em novembro de 2023 por decisão do ministro Luiz Fux, do STF. A solicitação foi feita pela então vice-procuradora geral da República, Ana Borges Góes Santos, para que fossem apuradas supostas práticas dos crimes de associação criminosa, peculato e concussão.

O estopim ocorreu quando o site Metrópoles divulgou um áudio de Janones no qual ele solicita a assessores ajuda para pagar despesas relacionadas a uma campanha de 2016 para a Prefeitura de Itaituba (PA). Ele ficou em segundo lugar no pleito. Janones posteriormente se tornou deputado federal pelo Avante. O político ganhou destaque nas últimas eleições por fazer parte da linha de frente da campanha nas redes sociais do presidente Lula (PT).

No final de janeiro, a PF pediu a quebra de sigilo, que ainda não foi decidida por Fux, que aguarda manifestação da PGR. Procuradora assessora, o deputado não se manifestou. JM